

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015:

---Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Pedro Miguel Lima Meira, em substituição de Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vítor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
José Alberto Torres Magalhães, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva, em substituição de Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 37 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão, em substituição de João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaqueline Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

--- Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do nº 5 do artigo 45º do Regimento, a inclusão de documentos referentes aos pontos da ordem do dia, 02.08, 02.09, 02.10 e 02.11, porque alguns dos senhores membros da assembleia não receberam os referidos documentos por *email*, apesar dos líderes parlamentares terem recebido toda a correspondência.

Assim, a mesa propõe o reconhecimento com caráter de urgência dos seguintes assuntos:

- a) 02.08. Aprovação da Proposta da Câmara Municipal da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- b) 02.09. Aprovação da Proposta da Câmara Municipal sobre a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos da alínea d) do nº 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- c) 02.10. Apreciação da Proposta da Câmara Municipal de Esposende sobre a participação variável no IRS para o ano 2016, nos termos do nº 2 do artigo 26.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;
- d) 02.11. Apreciação da Proposta da Câmara Municipal de Esposende para isenção de pagamento da taxa de atribuição do número de polícia para os anos de 2015 e de 2016.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU APROVAR POR MAIORIA DE 2/3 DOS SEUS MEMBROS A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DOS QUATROS PONTOS NA ORDEM DO DIA.-----

Votaram a favor 23 membros do Grupo Político do PSD. O Grupo Político do PS votou contra, num total de 7 votos e fez a seguinte declaração de voto:

“Em juízo o grupo municipal do PS não pode discutir e conseqüentemente votar, assuntos da ordem do dia, a que pura e simplesmente não teve acesso documental para em juízo se pronunciar. Porquanto, achamos que este procedimento abre um precedente grave no modus operandi desta assembleia municipal”.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que: *“No dia 25 de setembro, mais de dois dias úteis antes desta assembleia, o líder parlamentar do grupo político do PS recebeu os documentos na totalidade. Portanto, se dentro do partido socialista não tiveram acesso aos documentos, esse assunto só diz respeito ao partido”.*

O Presidente da União de Freguesia de Apúlia e Fão referiu que: *“Não é inédito alguns dos elementos não receberem os documentos via email, por serem muito pesados. Neste caso, não aconteceu isso, porque o que aconteceu foi que os documentos não foram enviados. Não é correto fazer desta questão uma questão política, pois não é o caso.”*

O Presidente da Assembleia referiu que: *“A convocatória foi remetida há oito dias e, depois receberam os documentos e não interpelaram a mesa a pedir os documentos em falta, não podem culpar só a mesa. Se não receberam alguns dos documentos, deveriam ter solicitado os mesmos. Referiu ainda que, se necessário for poderá voltar-se ao procedimento utilizado no passado, ou seja, proceder ao levantamento dos documentos na Câmara Municipal. Este procedimento só foi alterado para se evitar o desperdício de papel. Sem querer fazer deste assunto uma questão política.”*

O Senhor Presidente da Câmara interveio no sentido de informar que: *“Efetivamente os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta devem receber os documentos em tempo útil. Assim, e por forma a melhorar o funcionamento dos serviços, está a ser criado um Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, sendo que na próxima Assembleia Municipal esse gabinete já estará a funcionar, porque é responsabilidade da Câmara dar apoio à Assembleia Municipal, no sentido de que tudo volte à normalidade que é exigida”.*

O Presidente da União de Freguesias de Apúlia e Fão interpelou a mesa no sentido de alertar o o Presidente da Assembleia Municipal para o facto de a convocatória ter sido remetida com antecedência de cinco dias, e não oito dias como referiu. O Presidente da Assembleia Municipal pediu desculpa pelo lapso, tendo referido que: *“O regimento prevê que a convocatória seja feita com a antecedência de cinco dias e os documentos devem ser enviados com dois dias úteis de antecedência. Por outro lado, a lei permite a introdução de assuntos extra agenda, que não estejam na ordem do dia, o que não é o caso, pois aqui os assuntos estão na ordem do dia.”* -----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

01.01 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2015 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de abril de 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

01.02 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2015 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de junho de 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

01.03. – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que foi presente o “Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2015.”

Nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei de Finanças Locais) a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, António Anjos F. Brandão & Associados, auditor externo, remeteu para aprovação da Assembleia Municipal, o relatório da informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2015. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.04. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Eduardo Pinto Felgueiras, tendo apresentado um voto de pesar pelo falecimento de Artur Alves Miquelino, avô da Deputada Municipal, Luzia Filipa Carvalho Miquelino, subscrito por todas as bancadas e que tal deliberação seja comunicada à digníssima família.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL ARTUR ALVES MIQUELINO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Albino Penteado Neiva com uma intervenção do seguinte teor:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Meus senhores, minhas senhoras,

Hoje os portugueses vivem momentos de esperança, sentem claramente que estes últimos quatro anos de sacrifícios foram determinantes para que Portugal recuperasse, em grande parte, a soberania.

Todos sabemos muito bem, e não vale a pena aqui e neste momento, referir as razões que nos levaram a essa situação, o porquê de termos sido obrigados a passar por todas essas dificuldades, por que razão teimaram alguns governantes, e outros que hoje se erguem em bicos de pés, em recorrer a políticas públicas desastrosas e ruinosas que nos colocaram à porta da bancarrota.

Estes últimos quatro anos de legislatura foram cumpridos debaixo de uma pressão externa, sob controlo rigoroso dos nossos credores, sob imposições e restrições que mexeram enormemente com as nossas vidas, que nos remeteram para um ciclo de austeridade medonho. Mesmo assim, e contra ventos e marés, executando um programa que outros ajustaram e subscreveram, este governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho, soube unir-se e cerrar fileiras na defesa de Portugal, soube mostrar que, afinal, ainda somos um país de bem, que

honra os seus compromissos e é capaz de, em momentos difíceis, fazer sacrifícios e, qual Fénix, renascer das cinzas.

Não temos dúvidas que os portugueses não vão esquecer tudo isto no próximo domingo, no momento de votar. De certeza que não esquecerão quem nos conduziu para esse buraco e quem nos transformou em cinzas. Não esquecerão quem, com arrogância desmedida, anda por este país fora, assobiando para o ar, prometendo tudo e mais alguma coisa, fingindo que nada tem a ver com o que se passou até 2011.

Se é verdade que na campanha de há 4 anos, mesmo o PSD, prometeu algumas, direi mesmo muitas, coisas que não puderam ser cumpridas, não é menos verdade que o governo então liderado pelo Eng.º José Sócrates martelou de tal forma os números que tornava impossível fazer quaisquer previsões. Até mesmo a troika foi enganada na elaboração do Plano de Assistência chegando à conclusão que Portugal teria que ir muito mais além do que estava subscrito para conseguir atingir os objectivos a que se propôs. Os números saíam furados, nada batia certo e, caros amigos, a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima. Este governo olhou para a frente, não vacilou perante esta crise económico-financeira, a maior dos últimos 40 anos de democracia. Pediu sacrifícios, fez alterar a vida de muitos portugueses mas, para bem de todos nós, para bem de Portugal, recuperamos a nossa credibilidade externa, continuamos a honrar a nossa história soberana:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Senhores e Senhoras Vereadores,

Senhores e Senhoras Deputados Municipais,

Meus senhores, minhas senhoras,

O Governo de coligação PSD/CDS teve como lidar, nestes últimos 4 anos, contra todas estas adversidades. Fê-lo com sentido de estado e com a convicção de que era capaz de resgatar o país. Consegui-o e os portugueses, certamente, estão-lhe gratos por isso.

Os portugueses, e já o provaram por diversas vezes, não pactuam com irresponsabilidades e, mais do que isso, não aceitam, não querem um regresso ao passado.

O momento que vivemos é de esperança e cremos que a vontade da maioria dos portugueses é dar a oportunidade à coligação, que soube resgatar o nosso país, a oportunidade de governar sem ter a tutelar uma entidade estrangeira e cumprindo o seu próprio programa.

As eleições de domingo podem traduzir dois caminhos – o regresso a um passado de má memória ou, e estamos certos ser este o escolhido pelos portugueses, a via que colocará Portugal à Frente.”

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Paulo Fernando Alves Marques com uma intervenção do seguinte teor:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Foi extensa e variada a atividade implementada pelo executivo municipal durante o verão que agora terminou, com inegáveis proveitos para a economia e comunidade esposendense.

Essa atividade teve a devida divulgação e o merecido destaque junto da comunidade, contudo verificou-se um facto, que, pela sua importância para o município, merece realce.

Por decreto do Governo, no passado dia 29 de maio, foi constituída a sociedade Águas do Norte, S.A., mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal.

Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte e Portugal, pelo prazo de trinta anos.

Neste contexto, a Águas do Norte é, assim, a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas sépticas.

A sociedade assume também a exploração e gestão do sistema de águas da região do Noroeste, em resultado da celebração de uma Parceria entre o Estado (Administração Central) e 8 Municípios (Administração Local), que concretiza um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos Municípios) e em “baixa” (prestados aos utilizadores finais, os munícipes), de forma regular, contínua e eficiente.

A exploração e gestão dos referidos sistemas incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários ao desenvolvimento das atividades.

Esta sociedade tem, assim, a missão de conceber, construir, explorar e gerir o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e o sistema de águas da região do Noroeste, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico da região e tem em vista ser uma empresa de referência nacional no setor da água em termos de qualidade do serviço público prestado e um parceiro ativo para o desenvolvimento da região onde se insere.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende integra os órgãos sociais desta sociedade, mais concretamente o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A., juntamente com os autarcas da Maia, António Bragança Fernandes, e de Mirandela, António José Almor Branco, representando, como vogais não executivos e não remunerados, os municípios do norte na sociedade, cujo Conselho de Administração é liderado por Manuel Maria Thomaz.

Esta designação foi realizada por indicação de vários autarcas das Comunidades Intermunicipais do Cávado, do Ave e do Minho e Lima, o que, por si só, constitui uma prova da capacidade e da consideração que o trabalho do Presidente da Câmara Municipal de Esposende merece junto dos seus pares.

O exercício deste cargo permite a Esposende estar presente no cerne das grandes decisões, podendo tomar uma voz ativa muito mais célere, sustentada e em tempo útil quanto às grandes matérias em discussão e em decisão.

O Presidente do Município de Esposende acumula este cargo com a presidência da Agência de Energia do Cávado e com funções na Associação Nacional de Municípios Portugueses e no

Comité das Regiões da União Europeia, o que demonstra a sua grande preocupação em estar presente nos órgãos de decisão para, dessa forma, poder defender e decidir o melhor possível para o Município de Esposende e, como não podia deixar de o ser, para todos os Municípios Esposendenses que representa.

Por isso, congratulamo-nos por todo o esforço, preocupação e empenho que o Senhor Presidente da Câmara, Arq.to Benjamim Pereira, coloca em prol de todos os Esposendenses, procurando dessa forma estar sempre presente em todos os centros de decisão.”

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Meira com uma intervenção do seguinte teor:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Meus Senhores e Minhas Senhoras*

Coloco à Câmara Municipal 4 questões:

- 1. O Agrupamento de Escolas Rodrigues Sampaio (Antigo Agrupamento de Escolas de Marinhas) tem vindo a perder alunos na sua área de referência para os Agrupamentos limítrofes. Tal fluxo de alunos tem aprovação da Câmara Municipal na comparticipação de transportes. Ora se os mesmos alunos alegam a transferência pelo local de trabalho dos pais e /ou Encarregados de Educação ou familiares com quem ficam fora dos tempos letivos, quer por uma ou outra razão não necessitam transporte escolar. Sendo que a opção de escolha da escola é da inteira responsabilidade dos alunos e encarregados de educação, a mesma não poderá ser uma despesa adicional para o município. Como pensa o executivo travar este fluxo? Quais os valores adicionais nesta rubrica da educação?*
- 2. No passado mês de abril a Assembleia de freguesia da união de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra aprovou uma proposta para melhorar a visibilidade em alguns cruzamentos na Avenida Eng.º Arantes de Oliveira. Sabendo pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra que reportou a mesma junto da Câmara Municipal, o PCP gostaria de saber em que ponto da situação se encontra o assunto acima referido?*
- 3. Refugiados Sírios. Ao contrário do que acontece com os imigrantes, receber refugiados não é uma escolha dos Estados. Trata-se de uma obrigação, consequência da ratificação de tratados internacionais. É uma obrigação do Estado Português fazê-lo, depois de ter ratificado a Convenção de Genebra de 1951, um documento que define o conceito de refugiado, os direitos e atribui responsabilidades aos países que os acolhem. Quais as condições de acolhimento e integração que o município apresenta na possibilidade de receber alguns destes refugiados?*
- 4. EN 13. Foi promovido pelas Estradas de Portugal o arranjo/melhoramento da EN 13 no concelho. Haverá ou não o arranjo/melhoramento? Quando?*

Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Luzia Filipa Carvalho Miquelino com a seguinte intervenção:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores;*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Meus Senhores e Minhas Senhoras*

Vou falar de política local pois foi para isso que eu julgo ter sido eleita. Assim sendo, volvidos quase dois anos sobre as eleições autárquicas de Outubro de 2013 é oportuno fazer um balanço deste mandato que vai a meio da sua duração.

Na cerimónia da sua tomada de posse, o Sr. Presidente da Câmara definiu a sua linha de rumo para este mandato, como uma linha de continuidade relativamente ao trabalho que o partido político que o elegeu prosseguiu nos anos anteriores e anunciou, tal como já tinha feito durante a campanha eleitoral, uma aposta mais determinada naquilo que chamou “desenvolvimento económico e coesão social para a criação de emprego”.

É certo que essa continuidade é visível em vários domínios, nomeadamente na política de apoio ao associativismo, na animação sócio cultural e no programa de obras que herdou no âmbito da “Polis Litoral Norte” e das “Águas do Noroeste”.

É verdade que “fechou” dossiês pendentes, como o da revisão do Plano Diretor Municipal, que se estava a arrastar para lá do razoável. Mas também é claro que o novo ímpeto que prometeu no desenvolvimento económico se traduziu, até agora, em quase nada.

O facto é que esta primeira parte do mandato autárquico em que estamos fica marcada pelo comodismo desta maioria a uma situação económica francamente favorável, assegurada pelo fortíssimo contributo dos esposendenses através dos impostos e taxas municipais e pela decisão do atual governo – a meu ver acertada – que permitiu o reembolso de fundos comunitários por obras já executadas e para as quais não se previa participação da União Europeia, no que foi uma verdadeira panaceia para os cofres de muitas Câmaras Municipais. Este comodismo, evidenciado na forte quebra do investimento municipal entre 2013 e 2014 e no aumento das despesas correntes nesse período de tempo, tem um significado político.

Ele significa que esta maioria vive numa espécie de “gestão corrente” e que não tem um verdadeiro desígnio estratégico que seja capaz de concretizar.

Aliás, existem mesmo sinais muito preocupantes quanto à gestão do dia-a-dia.

O escandaloso prejuízo da Esposende Ambiente em 2014 (uma empresa municipal que está entre as recordistas nacionais nos preços que cobra aos seus clientes, receitas essas que acumula com generosas transferências municipais) ou a instabilidade que se vive no “Coro dos Pequenos Cantores” e no “Coro Ars Vocalis” (dois projetos emblemáticos no panorama cultural esposendense), fazem-nos duvidar do “mundo das maravilhas” que o serviço de comunicação da Câmara tão diligentemente propagandeia.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Meus senhores, minhas senhoras,

É tempo de sermos claros e de pedir respostas concretas.

Que resultados é que este Presidente da Câmara e a maioria que o suporta podem apresentar destes dois anos de mandato que não sejam a mera continuidade do que vem de trás?

Que políticas de atração de investimento empresarial é que estão a ser seguidas e que resultados é que se conseguiram?

Porque é que os impostos municipais, nomeadamente o IMI e a participação do Município no IRS, não são reduzidos quando se estão a acumular milhões nas contas bancárias do Município – uma delas no banco do ex-BPN?

Que apoio às famílias é este, que justiça social é esta, que isenta de impostos municipais as empresas, uma vez que não cobramos derrama no IRC, e onera as famílias residentes com a taxa máxima de incidência na participação do IRS que a Lei permite?

Será justo que um empresário em nome individual, um pequeno industrial ou um pequeno prestador de serviços, ou um agricultor, ou um pequeno comerciante, só porque não criou uma empresa, entregue uma parte do seu IRS ao Município, enquanto as empresas estabelecidas em Esposende não contribuem com um cêntimo que seja do seu imposto sobre o rendimento para os cofres municipais, apesar de a Câmara Municipal ter despesas com as zonas industriais e, recentemente, ter adquirido terrenos num desses parques industriais?

A propósito: já se pode saber para que é que esses terrenos foram comprados? Afinal, todos os pagamos (todos, menos as empresas!) e, portanto, temos o direito de saber o que é que – muito concretamente – está previsto para esses locais.

Ao fim e ao cabo, para que é que se mantém uma carga fiscal tão forte? Esta maioria está a aforrar na primeira parte do mandato, para desbaratar estes milhões na ponta final do mandato de forma a assegurar uma reeleição mais fácil?

Meus senhores, minhas senhoras,

Este concelho precisa de um novo ímpeto. Julgo que todos aqueles que analisarem objetivamente a nossa situação estarão de acordo.

Temos que aproveitar muito bem as vantagens naturais que temos, este “privilégio da natureza” que tão justamente celebramos, e cuidar melhor de quem cá vive, de quem cá trabalha e de quem cá investe.

Porque é que não vamos mais longe no apoio à fixação de empresas que criem empregos e criamos um “pacote de incentivos” verdadeiramente interessante?

Nem precisamos de ser especialmente originais: basta adaptar à nossa realidade as medidas de incentivo que já existem noutros locais e criar um regulamento de apoio às grandes, mas também às pequenas iniciativas empresariais que se traduzam na criação de empregos e de riqueza no nosso concelho.

Porque é que não criamos Áreas de Reabilitação Urbana – que hoje a Lei já não limita aos chamados “centros históricos”, como sucedia até há pouco tempo?

Estas Áreas de Reabilitação Urbana permitem aos particulares que reabilitem imóveis degradados, ou a precisar de intervenções de requalificação, aceder a fundos comunitários, a linhas de créditos bonificadas, a isenções temporárias de taxas e de IMI e a pagar a taxa reduzida do IVA nas obras de construção civil.

Porque é que isto é feito em muitos locais e, entre nós, não são conhecidas iniciativas neste domínio?

Porque é que as iniciativas de animação continuam muito concentradas na época da primavera e do verão, quando precisamos mais delas na chamada época baixa? Não estaremos na altura de repensar a calendarização de algumas iniciativas de modo a que tragam visitantes quando temos cá menos gente?

Onde para a vossa promessa eleitoral de criar um “Programa de Revitalização dos Núcleos Centrais dos Aglomerados Urbanos” que anunciava como seu objetivo “recuperar as habitações e promover a fixação de residentes”?

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Meus senhores, minhas senhoras,

Não posso deixar de terminar este balanço – que reflete, como é natural, a minha visão e a visão da bancada que integro nesta Assembleia – sem recordar um episódio da última eleição autárquica neste concelho. Está no “you tube” e todos o podem ver; o vídeo chama-se “apresentação dos candidatos do PSD Esposende”.

Quando um repórter do canal “Esposende Serviços”, no dia 2 de Agosto de 2013, questionou o então candidato do PSD a Presidente da Câmara, arquiteto Benjamim Pereira, sobre a proposta de redução da taxa de IMI que o PS apresentou nessa altura, este respondeu, e passo a citar: “nós já temos uma das taxas de IMI mais baixas da região. Baixamos no mandato anterior. E ficou prometido em ata – portanto não foram só palavras – que se aumentasse a receita do IMI diminuí-lo-íamos para a taxa mínima, porque a taxa mínima é 0,3 como certamente saberá, na próxima oportunidade, portanto no próximo orçamento” (fim de citação).

Ora, passaram os orçamentos de 2014 e de 2015; a receita do IM nunca parou de aumentar e, a ver pelas propostas que hoje apreciaremos e votaremos, em 2016 continuaremos a ter a taxa de IMI, 0,04 pontos acima da taxa mínima. De resto, sabemos hoje que a cobrança de IMI este ano está a bater recordes em todo o país e subiu, em média, 13,7%, e sabemos também que o Sr. Presidente da Câmara continua a faltar a esta sua promessa eleitoral o que, à laia de balanço do mandato, tem um significado. Cada um tirará as conclusões que quiser... Disse.”

Usou da palavra a Sr^a Deputada Anabela Solinho Martins com a seguinte intervenção:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Meus Senhores e Minhas Senhoras*

É porque temos memória do passado e, conhecendo a realidade presente, estamos aqui para falar de um assunto delicado tanto quanto é o da Escola de Música de Esposende. Face ao descontentamento dos pais das crianças, que frequentam e frequentaram a escola de Música, que nos preocupamos, uma vez que Ela está nas cinzas de que tanto se fala. Os Pais dos alunos da Escola de Música estão preocupados e, por isso, vão colocar as seguintes questões:

- 1. O atual executivo sabe se, na realidade, houve concertação entre a Zensidino, a Câmara Municipal de Esposende e Conselho Pedagógico, relativamente ao aumento de alunos por turma e aos horários que este ano apresentaram aos professores?*
- 2. Porquê agora os problemas relativamente ao funcionamento que está a ser irregular? Pois, existe sensivelmente á quinze anos e tal nunca se verificou?*
- 3. O que é feito do projeto inovador, anunciado em julho e, que se relaciona com a Escola de Música?*
- 4. Sendo certo que o Governo fez cortes no ensino artístico, pois este desenvolve capacidades e criatividade e, o povo criativo não será tão interessante para alguns. A Escola de Música terá sentido esses cortes. O que levou a Câmara Municipal que, desde de 2012 apoia o ensino artístico, a recusar agora apoio aos 30 alunos?*
- 5. Há interesse da Câmara Municipal acabar com o maior e melhor projeto artístico que é o Coro dos pequenos cantores de Esposende? Os Pais e as Crianças já sentem saudades, daquela que adoravam porque, exerceu pessoalmente e profissionalmente a sua profissão, de modo a conseguir os espetáculos que fizeram brilhar o concelho de Esposende, que foi a Prof.*

Helena Venda, que se demitiu por carta e já deixa saudades.

6. Esta Câmara Municipal não recebe um processo do Ministério da Educação por possível intromissão da entidade patronal, Zedensino e Câmara Municipal, nas competências do Conselho pedagógico, sabendo que a Lei do Contrato de Patrocínio defende a independência do conselho pedagógico?

*7. Está a Câmara Municipal disposta a deixar que a Escola de Música acabe quando foi a quarta melhor a nível nacional e a segunda melhor da zona norte?
Disse.”*

De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Luís António Sequeira Peixoto com a seguinte intervenção:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Público em Geral,*

Sou representante da população que é a segunda maior do concelho - União de Freguesia de Apúlia e Fão, é uma união dinâmica composta por diversas associações. Por conta dessa dinâmica acaba por ser impulsionadora do ritmo durante o ano.

No mês de agosto acontecem mais atividades na união que represento, trago duas canecas:

- 1. 11.º edição da Festa Gastronómica de Apúlia e,*
- 2. 19.º edição da Festa da Cerveja e do Marisco de Fão.*

A junta de freguesia paga mais de 12.000 € aos jovens estudantes na limpeza das mesas nos dois eventos, o que pesa no orçamento da União da Junta de Freguesia.

Além destas atividades ainda temos as festividades religiosas, como por exemplo a da Senhora da Guia de Apúlia. Assim, peço que para o ano estas duas festas tenham o devido destaque nas publicações da Câmara Municipal.

Disse.”

De seguida usou da palavra o Sr.º Deputado Artur Jorge da Silva Viana com a seguinte intervenção:

*Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores e Senhoras Deputados Municipais,
Restante Público*

I – Este Verão assistimos a uma dinâmica de atividades que superou os anos anteriores. No entanto, tantas atividades resultaram no atropelo de outras realizadas por outras entidades. O volume de atividades, impossíveis de compilar num cartaz mensal, levou inclusive à criação de uma aplicação de software.

Findo o período balnear é tempo de avaliar as atividades e os investimentos na sua realização e publicitação assim como os resultados efetivos para a economia do concelho. Já agora seria interessante apresentar estes resultados a esta assembleia.

Assumindo-se Esposende como destino turístico, em particular no período balnear, torna-se essencial melhorar alguns pontos, nomeadamente, no que diz respeito à limpeza das áreas litorais e estuarinas.

Continuamos a receber várias reclamações de ausência de limpeza em vários locais do concelho, em particular nas zonas mais turísticas. Este é um problema que se repete todos os anos, apesar de as juntas de freguesia receberem verbas específicas para o efeito.

Outro ponto a melhorar tem a ver com o estacionamento das autocaravanas. Atualmente assume-se o parque junto da doca de pesca como autorizado, no entanto, penso que, nesse local não existem infraestruturas de apoio. Estas apenas existem junto ao posto da GNR, onde raramente observo autocaravanas.

Este é um problema que tem de ser assumido, dado que Esposende é visitado por centenas de autocaravanas que aqui passam vários dias.

Esperemos que esta situação esteja contemplada no novo Plano Rodoviário que está a ser elaborado e pelo qual continuamos a aguardar.

II – Irregularidade no coeficiente de Classificação do território em termos de avaliação de imóveis para pagamento.

Congratulamo-nos com a entrada em vigor do novo PDM. Mas continuam a existir irregularidades na avaliação dos imóveis. Pois, por exemplo, em Fão existe uma área social, no entanto essa zona está com classificação com 0.8% da taxa do IMI, enquanto na zona dos Lirios, denominada Zona Vip a taxa do IMI é de 0.7%.

III – Comparticipação do transporte na escolaridade obrigatória a 100% - O transporte escolar é 100% gratuito na escolaridade obrigatória. No entanto, a comparticipação camarária só se verifica para os alunos até ao 9.º ano. Mas atualmente, a escolaridade obrigatória é o 12.º ano. Assim, não fará sentido alterar esta comparticipação?

IV – Escola de Música de Esposende

A 21 de julho, a Câmara Municipal anunciou - e publicou no seu site - que iria avançar com um projeto inovador na área da cultura, onde incluiria um novo modelo de gestão para a Escola de Música. Referiu ainda, na mesma comunicação, que o novo modelo seria definido por um grupo de trabalho, a designar pela Câmara Municipal, que integraria diversos parceiros da área da Cultura, e que seria apresentado à comunidade no final do próximo mês de setembro. Estando nós no último dia do mês de setembro, gostaríamos de saber qual é o modelo, quem é a equipa de trabalho e qual a estratégia ao nível da educação artística para o concelho.

- Que intervenientes atuais no nosso panorama educativo e cultural foram ouvidos para a criação desta organização?*
- Qual o papel destes intervenientes na planificação e preparação deste ano letivo?*
- E para quando se perspetiva a criação da nova estrutura?*

Nunca como agora se ouvem críticas e queixas de encarregados de educação relativamente ao arranque do ano letivo na Escola de Música de Esposende, que sempre nos habituou a um padrão de qualidade elevado. Quais os motivos?

Porque se mexe num projeto pedagógico de sucesso? A este nível a EME já deu todas as provas. Pelos vistos, ao nível Administrativo e Financeiro é que as coisas estão mal. Em vez de se falar em mudanças pedagógicas não devíamos estar a falar em mudanças na direção administrativa?

Em relação à anunciada desvinculação da Professora Helena Venda Lima da direção coral do Coro de Pequenos Cantores de Esposende e do Coro Ars Vocalis, sendo os projetos promovidos pela Câmara Municipal, em parceria com a Zendensino, gostaríamos de saber se a professora apresentou os seus motivos à Autarquia, solicitando ao Senhor Presidente da Mesa, em caso afirmativo, informação por escrito dos mesmos.

Atendendo à grande mais-valia dos projetos para o concelho, e reconhecida a posição pública de muitas crianças e jovens que deixarão os projetos se a Prof. Helena efetivamente os deixar, gostaríamos de saber quais os esforços da Câmara Municipal, nomeadamente do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora, Dr.ª Jaqueline Areias, para encontrar os consensos que permitam reverter esta situação.”

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer eventuais assuntos que possam ser colocados em complemento à sua informação escrita.

Foram questionados os senhores membros municipais sobre se pretendiam questionar o senhor Presidente da Câmara, acerca do conteúdo da informação escrita.

Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Luzia Filipa Carvalho Miquelino, do Grupo parlamentar do PS, tendo referido:

“Como se pode ler na informação escrita, foi atribuído à praia de Cepães, o galardão de praia acessível. Não sei se quem atribuiu o galardão se dignou a descer a passadeira até ao mar, mas, o que é certo, é que a passadeira está danificada, não permitindo a passagem de uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé. Realmente as pessoas com mobilidade reduzida podem ir a banhos, mas terão de ir ao colo.”

Usou ainda da palavra o Sr. Deputado Municipal, Pedro Meira, do Grupo parlamentar do PCP, e pediu o esclarecimento dos seguintes pontos:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores
Gostava de ver esclarecidos os seguintes pontos:*

Ponto 5 - Torneio Internacional de Basquetebol. Para a realização deste torneio houve aquisição e instalação de estruturas fixas para a modalidade de basquetebol no Pavilhão Gimnodesportivo de Fão. Tendo o Pavilhão Gimnodesportivo de Fão graves problemas de infiltração, questiono quais os montantes que envolveram a aquisição e instalação de estruturas? Onde está a rubrica na Execução do Plano Plurianual de Investimentos? Problema de infiltrações no pavilhão é ou não prioritário para o município?

Ponto 20 - Esposende Ambiente incentiva a adesão à fatura eletrónica.

Quem aderir a este serviço “tem um desconto na sua fatura” Qual o valor desconto? Por quanto tempo beneficiará o utente que opte por esta modalidade?

Ponto 24 - Esposende mantém-se como destino Balnear de excelência. Se no que diz respeito à qualidade das nossas praias, são excelentes já no que diz respeito aos seus acessos, a praia de Ofir fica aquém. Ora se havia altura ideal para se realizarem obras nas vias de acesso à praia foi na época balnear. Porquê nestas datas? Mais, o parque de estacionamento do parque de Ofir esteve o verão todo sem iluminação pública, o que originou atos de violência e assalto. Porquê a falta de iluminação pública nesta, precisamente nessa época do ano?

Ponto 43 - Identificação dos Monumentos e Locais. O PCP louva a iniciativa do município. E como diz o ditado popular “mais vale tarde do que nunca”.

Disse.

Plano de atividades municipal – Na rubrica de transportes escolares consta uma dotação de mais de meio milhão de euros. Face aos valores não será legítimo pedir transportes com mais

*qualidade sem lotação excessiva?
Disse.”*

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido:

Começo por agradecer as palavras do deputado Paulo Marques. Ter sido convidado a integrar o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A., foi importante, pois permite estar presente e mais próximos da decisão e podemos salvaguardar os interesses do Município de Esposende.

Respondendo às questões levantadas pelo senhor deputado Pedro Meira, começo por referir a questão dos transportes. Não é correto dizer que os alunos pedem transferência apenas para ter transporte gratuito. A mudança deve-se, ao facto de os alunos e seus pais procurarem escolas com mais qualidade de ensino e boas condições físicas dos edifícios. Devem os diretores dos agrupamentos e os seus professores cativar os alunos e promover as escolas e a qualidade dos estabelecimentos de ensino. O município cumpre a lei nessa matéria.

Relativamente à questão do cruzamento da Av.ª Eng.º Arantes de Oliveira, a questão prende-se com a eliminação de algumas árvores que põem em risco a circulação rodoviária. Esta é uma questão a considerar.

Relativamente aos refugiados, essa questão foi discutida na Associação Nacional de Municípios. A Câmara Municipal de Esposende não tomou qualquer posição sem que o estado assumisse as suas responsabilidades em articulação com os municípios. Não parece uma boa forma de gerir os destinos do município, deixar entrar um conjunto de pessoas, como fizeram outras Câmaras, sem nada saber sobre essas pessoas.

EN 13- Está agendada para amanhã uma reunião com a Eng.ª Luisa Cordeiro para discutir o assunto pois está no plano das Estradas de Portugal.

Relativamente às questões colocadas pela deputada Municipal Luzia Miquelino, devo dizer que o presente projeto é a continuidade dos projetos passados. Mas este executivo já fez tanta coisa que é difícil enumerar todas as obras: a Polis, a Marginal de Esposende, a restinga, a praia de Ofir, o cemitério de Curvos, o cemitério de Apúlia, o Estádio de Forjães, de Esposende e de Marinhas, o Club Náutico de Gemeses, todas as obras que estão a ser executadas pelas Águas do Norte, SA, com o apoio da Câmara. Enfim são muitas as obras. São 24 milhões de euros de investimento para preparar o município para mais de 41 mil habitantes.

Apesar de todo este investimento, continuamos a ter uma situação financeira invejável.

O ano passado, este executivo ofereceu os livros escolares a todos os alunos matriculados no ensino básico, no concelho. Este ano, voltou a repetir-se.

Apoiamos as refeições no ensino do pré-escolar.

Relativamente ao IMI, a tendência da taxa do IMI está a diminuir, estamos muito próximos da taxa mínima.

Relativamente ao IRS, as pessoas que têm menores recursos não pagam IRS. A tendência tem sido a redução. Não se poderia devolver os 5% cobrados em IRS, pois causaria o desequilíbrio financeiro.

Não se compraram terrenos na Zona Industrial, compraram-se terrenos junto ao Mercatlas. Compramos foi um pavilhão. Amanhã, a Câmara vai vender um terreno, pelo valor de 60€/m2, num total de 375 mil euros que entrará nos cofres da Eamb, para fazer face às despesas de aquisição do pavilhão, pelo valor de 200 mil euros, ficando com um terreno com 7000 metros,

para a construção do ECOCENTRO.

Têm sido muitas as iniciativas feitas durante todo o ano.

O Verão foi demasiado intenso, mas temos outras iniciativas durante o ano, como por exemplo a Festa do Pão, Março com Sabores a Mar, Sabores do Campo e no Natal também tem havido atividades que dinamizam o comércio local.

Relativamente à questão colocada pela Sr.^a deputada municipal Anabela Solinho, importa não transformar o projeto artístico em projeto político. A Escola de Música pertence à Zêzênsino. A Câmara Municipal detém 49% do capital da Zêzênsino.

Há o confronto entre a gestão da Escola e a componente pedagógica.

O ensino artístico é participado, a Câmara Municipal participou com 52.000€, nos últimos 2 anos. O estado financia o ensino artístico a um determinado número de alunos. Se todos os alunos pretendem frequentar o ensino articulado não é justo passar essa responsabilidade para a Câmara Municipal.

Não vou pôr em causa a componente de gestão pois, deposito inteira confiança no Dr. Conde. Deverá haver capacidade de diálogo entre os professores e os órgãos de gestão. O trabalho do Coro tem sido reconhecido pelo excelente trabalho da Prof.^a Helena da Venda. A Professora não foi mandada embora e não é intenção da Câmara Municipal acabar com este projeto.

Não é a falar com o Presidente da Câmara que as situações da Escola de Música se resolvem, mas sim falarem com a estrutura da Escola de Música para resolver os problemas que aí possam existir.

Quanto ao projeto que foi prometido, ele vai ser feito, mas este não é o momento, pois estamos no início do ano letivo, e este projeto não se faz num mês.

Nem a Zêzênsino nem o Presidente da Câmara aceitaram a demissão da Professora Helena Venda, ela se quiser voltar pode fazê-lo, até porque nunca ninguém pediu para ela sair.

Por contrariar as orientações pedagógicas poderá haver um processo? Se as decisões são definidas de acordo com a estrutura de gestão, não tem que haver qualquer processo. Se o conselho pedagógico tem um projeto, este deve respeitar a disponibilidade do conselho de gestão.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. deputado municipal Luis Peixoto, e às questões colocadas quanto às iniciativas não constarem na aplicação informática "Verão em Festa 2015" para divulgação das atividades. Essa divulgação só não aconteceu este ano porque, não houve tempo para divulgar outros eventos que não os eventos da Câmara, e não por qualquer outra questão, teremos todo o gosto, no próximo ano, em divulgar as atividades das juntas de freguesia.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. deputado municipal Artur Viana, quanto às reclamações da limpeza, infelizmente houve muitas queixas, pois no verão temos muitas mais pessoas. No próximo ano vamos tentar melhorar.

É com grande satisfação que este executivo terminou a aprovação do PDM, que entrou em vigor no dia 23.

Quanto à questão do IMI, o que refere não tem a ver com a taxa do IMI mas tem a ver com a taxa do zonamento que carece de ajustamento. Mas é um processo bastante complexo que é da responsabilidade das Finanças. Mas está a ser visto.

Relativamente aos transportes escolares, estes só poderão ser gratuitos para todos, se for o estado a fazê-lo. A câmara paga para cima de 600 mil euros por ano de transportes escolares.

No que diz respeito às autocaravanas, existe um local próprio para a sua instalação, junto à feira, mas no estudo prévio que está feito para o Parque da Cidade está prevista uma área

para as autocaravanas. A Câmara tem ouvido opiniões junto de associações de auto caravanismo.

Relativamente à intervenção da deputada Luzia Miquelino, posso dizer que os galardões não somos nós que os atribuímos, nem somos nós que influenciámos o júri. Desconhecia os problemas de acesso na Praia de Cepães. Como sabe esse é um problema sobre o qual tenho uma preocupação acrescida, foram feitas obras no edifício dos Paços do Concelho, precisamente para evitar as barreiras arquitetónicas. Tem sido uma preocupação deste executivo as barreiras arquitetónicas, somos um município integrador.

Relativamente à questão do Sr. deputado municipal Pedro Lima devo dizer que o desconto na tarifa da água para quem aderir à fatura eletrónica é de 0.20€, se voltar à fatura em papel tem que pagar este valor.

Quanto às obras de Ofir não foi possível fazê-las mais cedo, mais do que impacto negativo dessas obras para os banhistas, foi o excelente resultado final das intervenções.

Por fim, agradeço o elogio do Partido Comunista Português.”

Usou da palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que: “O torneio de basquetebol decorreu no pavilhão de Fão, pois é o único pavilhão municipal que temos. As obras que foram feitas tiveram o custo de 2.200€. Sendo certo que este pavilhão necessita de uma intervenção na cobertura mais profunda, estamos já a recolher orçamentos. Sendo este um edifício municipal e, como tem vindo a ser feito por este executivo, existe a preocupação na preservação do património municipal.”

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para encerrar este período.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

02.01. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JUNHO 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de julho de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de junho de 2015, nos termos do 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.02. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JULHO 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de agosto de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de julho de 2015, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas

de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.03. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE AGOSTO 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de setembro de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de agosto de 2015, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

Foram interrompidos os trabalhos por 5 minutos.

Retomada a ordem do dia, e verificado o quórum, foi proposto a votação o seguinte ponto:

02.04. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS POR OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO.--

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 16 de julho de 2015 solicita à Assembleia Municipal aprovação para o pedido de isenção de taxas por ocupação do domínio público. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-

Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que o Código Regulamentar prevê um conjunto de isenções e esta é uma delas.

O Sr. deputado municipal, Pedro Meira usou da palavra, questionando o porquê do número de lugares?

O Sr. Presidente da Câmara informou que: *“o número de lugares é imposto pelo IMT e estes são lugares de estacionamento para as viaturas da Escola de Condução”*.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM CONCEDER A ISENÇÃO DE TAXAS POR OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 membros municipais Independentes, Óscar Fernando Monteiro Torres da Silva, e Manuel António Ribeiro, num total de 20.

Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 2 membros municipais do Grupo Político do CDS/PP, num total de 9.

Foi proferida declaração de voto do Grupo Político do PS, que se transcreve:

“O sentido do nosso voto deve-se ao fato da receção incompleta dos documentos que suportam o presente assunto”.

02.05. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. ----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de setembro de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

02.06. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de setembro de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

02.07. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de agosto de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

02.08. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM TMDP, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 24 de setembro de 2015, solicita à Assembleia Municipal que fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2016. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2016. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 membros municipais do Grupo Político do CDS/PP e 2 membros municipais Independentes, Óscar Fernando Monteiro Torres da Silva e Manuel António Ribeiro, num total de 22.

Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“O sentido do nosso voto deve-se ao fato da não receção dos documentos que suportam o presente assunto”.

02.09. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 24 de setembro de 2015, solicita à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015 em 0,32% e propõe a redução prevista no n.º 13 do artigo 112º do IMI. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DE IMI TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2015 EM 0,32% BEM COMO A REDUÇÃO PREVISTA NO N.º 13 DO ARTIGO 112º DO IMI. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 membros municipais do Grupo Político do CDS/PP e 2 membros municipais Independentes Óscar Fernando Monteiro Torres da Silva, e Manuel António Ribeiro, num total de 22.

Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“O sentido do nosso voto deve-se ao fato da não receção dos documentos que suportam o presente assunto”.

A segunda pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vai votar favoravelmente a Proposta da Câmara Municipal sobre o IMI para o Ano 2015.

A fixação da taxa de IMI em 0.32% é já, por si, um sinal de que este município continua penhorado em manter em níveis baixos este imposto, um dos mais baixos da região, tendo vindo a desagravá-lo nos últimos anos sem, no entanto, por em causa a estabilidade financeira do próprio município.

Congratulamo-nos com o facto de a Câmara ter aprovado e submeter à aprovação desta Assembleia, uma tabela de redução do IMI de acordo com o agregado familiar. Estamos perante uma medida de grande alcance social, por essas razões o nosso voto favorável.”

02.10. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2016, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 24 de setembro de 2015 solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano de 2016. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2016 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 membros municipais do Grupo Político do CDS/PP e 2 membros municipais Independentes, Óscar Fernando Monteiro Torres da Silva, e Manuel António Ribeiro, num total de 22.

Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“O sentido do nosso voto deve-se ao fato da não recepção dos documentos que suportam o presente assunto”.

02.11. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA PARA OS ANOS DE 2015 E DE 2016 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 24 de setembro de 2015 solicita à Assembleia Municipal a isenção do pagamento de atribuição de numeração de polícia para os anos 2015 e 2016. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pediu a palavra o Sr. Presidente de Junta de Antas que questionou se a isenção é para todos ou só para algumas pessoas?

O Sr. Presidente da Câmara em resposta, referiu que: *“esta isenção é apenas para aquelas pessoas cuja morada foi alterada pela red denominação das ruas.”*

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA PARA OS ANOS DE 2015 E DE 2016. -----

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:
“Votamos a favor, pelo esclarecimento prestado pelo presidente da camara e não pelo tempo concedido pelo presidente da Assembleia Municipal”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma declaração de voto dizendo que:
“Muito estranha que a Líder do Grupo Parlamentar do PS se tenha absterido sobre matérias tão relevantes para o município sob o argumento de não ter recebido os documentos no devido tempo, e agora, não tendo também recebido os documentos, tenha votado favoravelmente.”

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo zero horas e vinte e três minutos do dia um de outubro, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

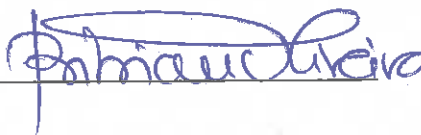
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 04/2015

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
30 de setembro de 2015**

